



Universidades Lusíada

Mucznik, Marta

A "primavera" árabe : dinâmicas regionais e desafios para a comunidade internacional

<http://hdl.handle.net/11067/1017>

<https://doi.org/10.34628/nm6k-sc09>

Metadata

Issue Date	2011
Abstract	Desde Dezembro de 2010 que a região do Médio Oriente e do Norte de África tem atravessado momentos de grande turbulência política, sendo tema de abertura dos jornais televisivos e ocupando as primeiras páginas de imprensa. É, sem dúvida, um momento histórico sem precedentes naquela região, com repercussões não só a nível regional mas também internacional. Este artigo procura analisar alguns elementos inovadores que caracterizam as revoltas contra os regimes autocráticos na região e as suas impli...
Keywords	Primavera árabe, 2010-
Type	article
Peer Reviewed	No
Collections	[ULL-FCHS] LPIS, n. 05 (2011)

This page was automatically generated in 2024-09-19T16:48:19Z with information provided by the Repository

A “PRIMAVERA” ÁRABE:
DINÂMICAS REGIONAIS E DESAFIOS PARA A
COMUNIDADE INTERNACIONAL

Marta Mucznik

Resumo: Desde Dezembro de 2010 que a região do Médio Oriente e do Norte de África tem atravessado momentos de grande turbulência política, sendo tema de abertura dos jornais televisivos e ocupando as primeiras páginas de imprensa. É, sem dúvida, um momento histórico sem precedentes naquela região, com repercussões não só a nível regional mas também internacional. Este artigo procura analisar alguns elementos inovadores que caracterizam as revoltas contra os regimes autocráticos na região e as suas implicações para a estabilidade regional. Dada a sua relevância, analisa igualmente a postura de Israel face a estes acontecimentos bem como o papel do Irão e da Turquia. Por fim aborda os desafios que se têm colocado à comunidade internacional e à política externa portuguesa na gestão destas crises.

Palavras chaves: Primavera Árabe, Revoltas, Ditadura, Médio-Oriente

Abstract: The political upheavals in North Africa and the Middle East have dominated international headlines in newspapers around the world. The Arab spring undoubtedly brings unprecedented change to the region bearing significant regional and international repercussions. This article assesses some of the new elements of the Arab uprisings against autocratic regimes and their implications for regional stability. It analyses Israel's posture regarding these developments and discusses the role of Turkey and Iran in the region. The article also examines the challenges posed to the international community and to Portuguese foreign policy in managing these crises.

Key-words: Arab Spring, Uprising, Dictatorship, Middle East

Desde Dezembro de 2010 que a região do Médio Oriente e do Norte de África tem atravessado momentos de grande turbulência política, sendo tema de abertura dos jornais televisivos e ocupando as primeiras páginas da imprensa. É, sem dúvida, um momento histórico sem precedentes naquela região, com repercussões não só a nível regional mas também internacional e que só agora podemos começar a avaliar.

Este artigo procura analisar alguns elementos inovadores que caracterizam as revoltas contra os regimes autocráticos na região e as suas implicações para a estabilidade regional. Dada a sua relevância, iremos analisar igualmente a postura de Israel face a estes acontecimentos bem como o papel do Irão e da Turquia. Por fim abordaremos os desafios que se têm colocado à comunidade internacional e à política externa portuguesa na gestão destas crises.

Em primeiro lugar, será importante realçar que o que caracteriza a situação actual no Médio Oriente e no Norte de África é uma grande instabilidade e uma grande incerteza. Esta imprevisibilidade dificulta a tarefa de qualquer observador ou decisor político, sobretudo para delinear prognósticos, estratégias e políticas precisas. Desconhece-se ainda que tipo de governos irão emergir desta turbulência, colocando-se um conjunto de interrogações para as quais ainda não há respostas. Irá desenvolver-se um processo de transição democrática, em particular na Tunísia e no Egipto? Qual a força ou o papel de grupos islamistas no mapa político futuro destes países? Vamos assistir na Líbia a uma capitulação do Coronel Kadhafi ou à partilha do país? Vão alargar-se os protestos na Síria, ou conseguirá Bashar-Al-Assad amordaçar os revoltosos? Qual o destino das tensões e conflitos latentes noutros países vizinhos como o Bahrein e o Iémen? E, finalmente, que tipo de alinhamentos políticos e estratégicos se vão desenhar na região?

Seja como for, há que realçar o facto de, num contexto de regimes autocráticos empedernidos, com décadas de domínio do poder e sem qualquer abertura à sociedade civil, se estar face a uma revolta espontânea de grandes franjas da população, especialmente dos jovens, sem iniciativas externas. Esta revolta espontânea abalou tudo: as estruturas dos regimes, os alinhamentos políticos, os apoios externos e, sobretudo, a convicção a ocidente que só os extremistas islâmicos teriam influência nas grandes massas árabes.

No entanto, e apesar do efeito dominó na região e das semelhanças que possam existir entre os vários movimentos em cada país, é também importante lembrar que cada processo é um caso que requer uma abordagem e um tratamento específico por parte da comunidade internacional. As motivações que levaram às revoltas podem ser semelhantes mas o contexto histórico, político e social de cada país é diferente.

Dois cenários: Tunísia e Egipto, Líbia e Síria

Neste preciso momento assistimos a dois tipos de cenários diferentes. De um lado, a situação do momento pós-revoltas na Tunísia e no Egipto a qual, apesar de se caracterizar por momentos de turbulência interna, parece a caminho de

uma transição política e democrática. Do outro lado, alastram-se os conflitos na Líbia e na Síria, onde há um violento confronto armado em ambas as frentes, com ditadores que se agarram ao poder, reprimindo de forma violenta o seu próprio povo. Face a estes últimos desenvolvimentos a comunidade internacional hesita nas medidas a tomar, divide-se e dificilmente fala a uma só voz.

A Tunísia foi a pioneira das revoltas árabes. Os protestos que levaram à queda do Presidente Ben Ali em Janeiro de 2011 serviram de fonte de inspiração às revoltas noutros países da região e sobretudo deram um impulso à revolução egípcia, provocando a queda de Hosni Mubarak. Este é um elemento fundamental pois a experiência tunisina vem precisamente dar confiança às populações da região, mostrando que a vontade popular é capaz de produzir mudanças e que os ditadores não são eternos.

No Egipto, após a queda de Mubarak, as forças militares assumiram o poder e prometeram levar a cabo nos meses seguintes, uma transição democrática. Apesar de contestado pelos segmentos mais progressistas e liberais da população, principais impulsionadores da revolução, foi aprovado um referendo sobre a reforma constitucional no Egipto. Eleições parlamentares e presidenciais estão agora previstas para Setembro e Outubro. É provável que o grupo islamista, Irmandade Muçulmana, saia bem posicionado das eleições, apesar de não pretender apresentar nenhum candidato às eleições presidenciais. A grande preocupação do designado movimento democrático da praça Tahrir é precisamente a de não ter tempo para formar uma frente política coerente e estruturas de partido sólidas, o que poderá beneficiar a Irmandade Muçulmana. Resta também saber qual o papel que as forças armadas vão assumir na vida política futura do país.

Na Líbia, a revolta contra o Coronel Muammar Kadhafi transformou-se num conflito armado entre as forças rebeldes e a liderança de Kadhafi e conduziu à intervenção de uma coligação de forças liderada pela NATO, com um mandato das Nações Unidas cuja missão se centra essencialmente na protecção de civis contra a chacina de Kadhafi. Os rebeldes queixam-se que precisam de mais apoio da NATO mas o mandato conferido pela resolução das ONU não o permite. O debate internacional centra-se em torno da possibilidade das forças do ocidente armarem os rebeldes, o que ultrapassa os limites da Resolução 1973 do Conselho de Segurança. Um apoio aos rebeldes implica uma participação numa guerra civil, deixando esta de ser uma intervenção de cariz meramente humanitário.

Na Síria, as manifestações começaram em meados de Março e têm sido violentamente reprimidas pelo regime de Bashar Al-Assad assente na minoria alawita e que conta com a fidelidade do exército¹ e do partido Baath. Estima-se que terão sido assassinados centenas de manifestantes nas últimas semanas. Cerca de 200 membros do partido Baath sírio no poder apresentaram a sua demissão colectiva sob forma de “protesto” contra a violência usada pelas autoridades, causando uma dissidência dentro do próprio regime.

¹ O exército sírio, apesar de fortemente controlado pela minoria Alawita, integra pessoas das várias etnias que compõem a sociedade síria como os Sunitas, Druzos e Cristãos.

A questão da Síria tem também a particularidade de o regime de Bashar Al-Assad ser fortemente apoiado pelo Irão, inclusivamente na repressão das manifestações. Qualquer desenvolvimento na Síria, um dos principais inimigos de Israel, pode ter sérias implicações regionais. Uma situação de desordem caótica na Síria pode rapidamente alastrar-se ao Líbano, dada a forte influência que a Síria tem no grupo militante Hezbollah, hoje com um peso significativo no próprio governo libanês. A Síria é também um elemento chave na aliança que junta o Irão, o Hezbollah e o Hamas. Qualquer alteração de regime na Síria interferirá com este eixo, alterando substancialmente a relação de forças na região.

Por estas razões, há ainda a percepção que países como a Turquia, a Arábia Saudita, os Estados Unidos, Israel e o Irão, parecem preferir manter o regime de Al Assad no poder do que se terem de se confrontar com as consequências imprevisíveis de uma mudança de regime.²

O que é inovador nestas revoltas?

Mas, se cada um destes cenários tem as suas particularidades, importa salientar alguns elementos comuns a todas estas revoltas:

- Em primeiro lugar, a mudança de regimes vem de dentro dos países e não é imposta ou instigada por fora pelas forças ocidentais, como foi o caso tão polémico do Iraque. São movimentos endógenos que seguem uma lógica interna e que foram despoletados pelas populações locais. Há uma massa crítica de jovens e outros sectores da população que hoje têm acesso a mais informação, a mais educação, muitos deles em contacto com o ocidente e com regimes democráticos e por isso têm um termo de comparação. Há actualmente uma geração que exige mais direitos, mais liberdade de expressão, mais justiça social, eleições livres, separação de poderes, melhores condições de vida, o fim da corrupção das elites no poder e o fim de regimes repressivos. Este é sem dúvida um elemento sem precedentes naquela região.

- Em segundo lugar, contrariamente à prática de protestos em alguns destes países onde era comum queimarem-se bandeiras americanas e israelitas, estas não são na sua essência manifestações motivadas por sentimentos anti-americanos, anti-israelitas ou anti-ocidentais, o que revela que não são esses os alvos centrais das suas preocupações, nem do seu combate.

- Em terceiro lugar, vemos também que, apesar de motivadas por grupos liberais, o Islão não desaparece do debate político, pelo contrário, ele emerge com mais força. A questão não é se o Islão vai desempenhar um papel ou não mas que tipo de papel irá desempenhar. Na realidade, grupos Islamistas como a Irmandade Muçulmana têm agora a oportunidade

² BHALLA Reva – “Making Sense of the Syrian Crisis.” In *Stratfor Global Intelligence*, 5 de Maio de 2011.

ideal para participarem no jogo político e democrático nos países onde estão implantados, como é o caso do Egipto. A sua força social e política e a islamização do seu discurso ainda está por verificar. Por agora, estes grupos utilizam a linguagem da democracia e da unidade nacional, mas resta saber como vão evoluir. Neste contexto, não é impossível que se assista a uma polarização da cena política nestes países entre um campo laico, mais liberal, e outro islâmico, mais conservador.

A postura de Israel face às revoltas

Israel tem observado com muita atenção e apreensão os desenvolvimentos políticos no Médio Oriente e no Norte de África, tendo em conta a incerteza de quem vai liderar estes regimes a longo prazo, a direcção que estes vão tomar e que relação de forças resultará na equação estratégica regional. As principais preocupações de Israel prendem-se com os seguintes factores:

- Apesar de, como já foi dito, as revoltas árabes não serem na sua essência motivadas por nenhum sentimento anti-israelita, há o risco de as mesmas serem instrumentalizadas pela retórica anti-ocidental e anti-sionista pelos grupos islamistas, ou outras forças na região.³

- Uma das preocupações fundamentais de Israel prende-se com a possibilidade de revisão do tratado de Paz com o Egipto. Independentemente do resultado das eleições presidenciais e parlamentares no Egipto, não é impossível que o próximo governo exija uma revisão de alguns elementos do acordo de Paz de 1979. A Irmandade Muçulmana já sugeriu inclusivamente que se submetesse o acordo a um referendo nacional. Por outro lado, o movimento mais liberal pode ter a necessidade de assumir posturas mais nacionalistas anti-americanas e anti-israelitas para poder competir com a Irmandade Muçulmana e apelar ao eleitorado mais radicalizado e conservador nas próximas eleições.

- Outra preocupação prende-se com a eventualidade de uma maior volatilidade na Península do Sinai e desta se tornar numa fronteira instável, um *safe haven* para traficantes de armas locais e grupos jihadistas migratórios. Na óptica israelita, esta península pode tornar-se mais permeável à circulação de grupos como o Hamas e o Hezbollah e à entrada de armamento, possibilidade inquietante para Israel, sobretudo se as forças egípcias se mostrarem incapazes de conter a ameaça terrorista⁴.

³ Por exemplo a reacção do Líder Supremo do Irão Ayatollah Ali Khomeini nas suas declarações oficiais em reacção à revolta no Egipto terá acusado o Presidente Hosni Mubarak de cooperar com os Sionistas. Ver "Iran: Riots signs of Islamic awakening" in *Ynetnews*, 2 de Abril de 2004. Disponível em <http://www.ynetnews.com/Ext/Comp/ArticleLayout/CdaArticlePrintPreview/1,2506,L-4023909,00.html>

⁴ YAARI EHUD – "The Arab Revolutions: An Israeli Perspective." In *The Washington Institute for Near East Policy*, Policy Watch N° 1778, 15 de Maio de 2011.

- Israel teme também uma política diferente face ao Hamas em Gaza, nomeadamente depois do acordo entre a Fatah e o Hamas. O governo interino egípcio já anunciou o fim do bloqueio a Gaza e a abertura da fronteira de Rafah, o que constitui um motivo de alarme para Israel que mantém um bloqueio à Faixa de Gaza desde que o Hamas assumiu o controlo do território⁵.

- De um certo ponto de vista, as divisões na região - entre por um lado um Irão chiita e por outro, estados sunitas mais pró-ocidentais como a Arábia Saudita e o Egipto de Mubarak -, beneficiavam Israel, mas agora o novo alinhamento estratégico pode mudar essa relação de forças. Os novos regimes podem ser mais favoráveis e conciliatórios com o Irão ou menos alinhados com o Ocidente. O governo interino no Egipto já anunciou inclusivamente planos de restabelecimento de embaixadas nos respectivos países.

- Finalmente a redução da influência americana e do ocidente na região e o aumento de influência de potências regionais como o Irão e a Turquia, cada um à sua escala e de formas diferentes, não são favoráveis a Israel.

A propósito, é importante realçar um aspecto que diz respeito à persistente associação que é feita entre as revoltas contra os regimes autocráticos e o conflito israelo-palestiniano. Muitas vozes invocam a centralidade da resolução do conflito no contexto desta crise. Ainda recentemente, o Presidente Gül da Turquia publicou um artigo no *New York Times* sugerindo que o “sofrimento dos Palestínianos tem sido a raiz dos problemas e conflitos na região” (...) e que o futuro destas sociedades “dependerá de uma solução pacífica do conflito Israelo-Palestiniano.”⁶ Líderes ocidentais, inclusivamente de Estados-Membros da União Europeia também alimentam essa narrativa. Ora, se há lição a retirar destas crises é precisamente que estas nada têm a ver com o conflito Israelo-Palestiniano. Como já foi referido, estas foram revoltas despoletadas por problemas endémicos a estas sociedades e não estão relacionadas com o combate palestiniano pela sua auto-determinação. Insistir recorrentemente nessa associação, está-se a alimentar uma retórica que camufla as causas principais dos problemas com que se defrontam as sociedades árabes. Uma resolução do conflito israelo-palestiniano é essencial para o futuro dos dois povos e poderá aliviar algumas tensões regionais, mas estas são duas realidades separadas que exigem respostas e abordagens específicas.

O papel do Irão e da Turquia

A Turquia e o Irão são importantes porque os dois países têm ambições de exercer a sua influência na região. Nesse sentido, as revoltas e a mudança de regimes na região são uma oportunidade que ambos vão procurar aproveitar em

⁵ Ver: “Egypt to open Rafah border crossing border” In *Middle East Online* 29 de Abril de 2011. Disponível em <http://www.middle-east-online.com/english/?id=45857>.

⁶ GUL Abdullah – “The Revolution’s Mission Peace.” In *New York Times*, 20 de Abril de 2011.

seu benefício.

O regime iraniano começou por apoiar as revoltas no Egito e na Tunísia, caracterizando-as como um ‘despertar islâmico’ à semelhança da revolução Iraniana de 1979⁷. No entanto, temendo um contágio das revoluções no seu próprio país, a sua retórica foi mudando à medida que aquelas alastravam para outros países. Perante o desenrolar dos acontecimentos na Líbia, o Irão criticou a intervenção militar aérea das forças da NATO, designando a postura do ocidente como ‘colonialista.’⁸ Relativamente à Síria, o regime iraniano denunciou os manifestantes como “agitadores” e “terroristas”⁹ apoiando o regime de Bashar Al-Assad na repressão das manifestações.

O Irão tem também uma preocupação particular com os desenvolvimentos nas monarquias do Golfo como o Bahrein onde há uma grande maioria chiita. Nesta zona, o Irão vive em competição de influência com a Arábia Saudita que apoia a minoria sunita no poder e inclusivamente interveio no Bahrein enviando um contingente militar de centenas de homens em apoio ao regime para restabelecer a ordem e reprimir as revoltas. Este confronto entre o Irão e a Arábia Saudita já levou inclusivamente alguns observadores a falarem na guerra por procuração, a ‘*proxy war*’ entre os dois países.¹⁰

A Turquia foi dos primeiros países a apelar à demissão de Mubarak e a apresentar-se como defensora dos povos egípcio e tunisino. No entanto, à semelhança do Irão (mas por motivos diferentes), a sua retórica foi-se suavizando e colocando o ênfase na não ingerência nos assuntos internos, voltando à sua abordagem de ‘zero problemas’ na região. Opôs-se à adopção da Resolução 1973 do Conselho de Segurança, tendo alterado a sua posição apenas depois do aval da Liga Árabe. Tem também acompanhado os desenvolvimentos na Síria com muita apreensão e feito diligências junto a Bashar Al-Assad no sentido de incentivar reformas e liberalização política de forma a salvar o regime. Com efeito, um foco de instabilidade na Síria pode rapidamente alastrar-se à Turquia tendo em conta a longa fronteira de aproximadamente 800 quilómetros que ambos os países partilham, com consequências imprevisíveis para o país.

⁷ Ver: “Iran: Riots signo of Islamic awakening” in *Ynetnews*, 2 de Abril de 2004. Disponível em <http://www.ynetnews.com/Ext/Comp/ArticleLayout/CdaArticlePrintPreview/1,2506,L-4023909,00.html>

⁸ Ver: “Libyan air strikes: reactions around the Middle East” In *The Guardian*. 21 de Março de 2011. Disponível em <http://www.guardian.co.uk/world/2011/mar/21/libyan-air-strikes-middle-east-reaction>

⁹ Ver DEHGHAN, Saeed Kamali: “Tehran supports the Arab Spring...but not in Syria.” In *The Guardian*. 18 de Abril de 2011. Disponível em <http://www.guardian.co.uk/commentisfree/2011/apr/18/iran-arab-spring-syria-uprisings>

¹⁰ Ver: “Proxy War in the Middle East.” In *Today’s Zaman*. 4 de Abril de 2011. Disponível em <http://www.todayzaman.com/columnist-240126-proxy-war-in-the-middle-east.html>

Desafios para a comunidade internacional

As revoltas árabes revelaram, mais uma vez, a dificuldade da comunidade internacional em apresentar uma frente unida com mensagens claras e assertivas, pondo a nu as divisões existentes entre os países membros das diversas instituições multilaterais, como a UE, a ONU e a NATO. Mais uma vez, os interesses nacionais sobrepõem-se à necessidade de apresentar uma mensagem comum, o que tem como consequência uma política algo incoerente: se a comunidade internacional intervém na Líbia para proteger a população civil em nome da defesa dos direitos humanos e então porque não o há-de fazer na Síria, onde o número de vítimas civis não pára de aumentar?

Relativamente à Líbia, cada estado membro defende um nível de envolvimento da NATO diferente. Enquanto que o Reino Unido, a França e Portugal votaram a favor da Resolução 1973, a Alemanha vetou, juntando-se ao Brasil, à Rússia e à China. Neste momento, só a França e o Reino Unido são a favor de uma escalada militar para apoiar os rebeldes contra as forças de Kadhafi.

Quanto à Síria, o Conselho de Segurança da Nações Unidas não chegou a acordo relativamente a um texto proposto pela França, Reino Unido, Alemanha e Portugal que previa uma condenação da violência contra civis e apoiava os pedidos do secretário-geral da ONU Ban Ki-moon de uma investigação independente e “transparente” às mortes ocorridas durante os protestos. Se do lado americano e europeu existe a vontade de impor sanções e medidas punitivas caso as exigências de mudança não sejam cumpridas, o mesmo não se passa com os restantes membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Neste sentido, a resposta a esta crise põe mais uma vez em causa a capacidade de instituições multilaterais de resolverem situações de carácter urgente e do lado da União Europeia, a capacidade para apresentar uma política externa comum.

Conclusão

As revoluções árabes do Norte de África e do Médio Oriente mostram que nada pode ser tomado por garantido, muito menos a ‘estabilidade’ de regimes ditatoriais. A ideia que pode prevalecer nalguns sectores e *establishments* de segurança na Europa, nos Estados Unidos ou Israel, de que é preferível uma autocracia estável a uma democracia frágil caiu por terra com estes últimos desenvolvimentos. Nem o ditador mais torcionário ou o regime aparentemente mais sólido do mundo estão imunes à contestação popular. Se há uma lição a tirar desta crise é que do ponto de vista ocidental as relações bilaterais não podem ser exclusivamente baseadas nos interesses nacionais, nem ignorar a natureza dos regimes com os quais se relacionam.

A questão deve centrar-se no papel que a comunidade internacional pode desempenhar na transição democrática e na estabilização destas sociedades. Torna-se também importante realçar que uma transição democrática bem sucedida não se esgota meramente na mudança de liderança, num acto eleitoral ou em elites que assumem as estruturas do Estado, mas sim num dismantelar

das estruturas autocráticas e na implementação de mecanismos de controlo democrático. Só no contexto de um regime democrático e livre, com separação de poderes, poderão os grupos fundamentalistas deixar de constituir uma ameaça.

Para Portugal, é do interesse nacional que tanto o Médio Oriente como o Norte de África se tornem regiões seguras, estáveis, menos voláteis e mais previsíveis. O Mediterrâneo, especialmente o Norte de África, é geopoliticamente mais importante para Portugal, dadas as relações históricas e de proximidade geográfica que temos com estes países, assim como a cooperação desenvolvida no âmbito económico, político e técnico-militar. Quanto ao Médio Oriente, a sua importância releva do facto de se ter tornado ao longo de décadas num grande foco de instabilidade para a segurança internacional e agente das principais ameaças com que se defronta hoje o mundo ocidental.

Nesse sentido, é importante reforçar a vertente de direitos humanos e de defesa dos valores democráticos na política externa portuguesa, tanto no quadro bilateral como no quadro multilateral. No plano político, Portugal deve defender uma cooperação maior com as forças moderadas destes países, apoiar o desenvolvimento das suas sociedades civis, partindo do pressuposto que a democratização é o primeiro ponto de partida para o desenvolvimento, a estabilidade, a paz e a segurança. A abordagem bilateral tem que ser coerente com as políticas desenvolvidas ao nível multilateral tanto na União Europeia como na ONU.

Como membro da União Europeia, e dada a proximidade geográfica de Portugal com o Norte de África, podemos estimular o debate no seio da União no sentido de exigir maior rigor no cumprimento de determinados critérios e práticas democráticas como condição para o estreitamento de relações entre a União Europeia e os países da região. Portugal goza também de uma excelente oportunidade, como membro não permanente do Conselho de Segurança, de pôr essa política e postura em prática.

Resumindo numa frase, Portugal tem hoje mais visibilidade e, em consequência, mais responsabilidade. Tal como a situação no Médio Oriente e no Norte de África acaba de comprovar, a procura do equilíbrio entre a defesa dos nossos interesses, por um lado, e a promoção dos nossos valores, por outro, deverá ser uma importante linha orientadora da nossa política externa.